

A punição como exemplo



Por **MARIA ELISA MÁXIMO***

A violência política de gênero contra professoras em Santa Catarina

Há dois anos, o mês de outubro me acende memórias de dor e de luta porque ousei criticar publicamente a estética da extrema direita bolsonarista na maior cidade do estado de Santa Catarina. O lichamento virtual, o cancelamento, a perseguição política e uma série de violências institucionais [culminaram com uma demissão sem justa causa da instituição de ensino superior privada e comunitária onde atuei por quase 16 anos](#), como docente, pesquisadora e gestora.

Era véspera de primeiro turno e Joinville se preparava para receber a carreata ou motociata que encerraria a campanha. Para quem, como eu, vivenciou os anos que se passaram desde o golpe de 2016 no limite da resiliência, da saúde mental, da capacidade de organizar a raiva e de resistir, aquela véspera de eleição era particularmente dramática, quase catártica. Afinal, estávamos na iminência de vencer, ainda que com muitas dificuldades e desafios, aqueles anos de escalada autoritária, militarista, armamentista e cheia de nuances nazifascistas que resultaram em retrocessos históricos para a democracia brasileira.

E apesar do clima repressivo que pairou durante toda a campanha eleitoral, naquele sábado quente e ensolarado de 1º de outubro foi impossível calar. Eu acompanhava a cidade se pintar de verde e amarelo, com o rosto do inominável estampando toalhas e bandeiras vendidas em todas as esquinas. As pessoas se aglomeravam nos meios-fios das principais avenidas, com seus figurinos marcados pela perigosa junção entre nacionalismo e lealdade cristã. Eu sofria o peso daqueles anos de um governo mundialmente marcado pelo negacionismo científico, pelo descaso com a pandemia e pelas sistemáticas violências contra todas e todos que não aderiram à sua mitomania.

Cheguei em casa e, muito tocada pela materialidade da tragédia política e estética do bolsonarismo local, escrevi em meu perfil pessoal do Twitter: *“Joinville segue sendo o esgoto do bolsonarismo, para onde escoou os resíduos finais da campanha do imbroxável inominável. Não tem quem escape: há gente feia, brega e fascista para todos os lados”*.

Pouco importa o julgamento moral sobre o tuíte, se eu deveria ou não publicá-lo, se e poderia escrevê-lo de outra forma, se as palavras usadas eram adequadas. O que importa é que era meu direito fazê-lo. Liberdade de expressão, de pensamento, de manifestação política em um espaço público no qual, todas e todos, podiam e estavam se expressando naquele “fla-flu” eleitoral. Por isso mesmo jamais imaginei que, ao exercer um direito, viveria o pior momento da minha vida. O tuíte viralizou não por mérito meu, mas pela ação dos algoritmos que, estimulando e produzindo a polarização política, entregaram-no principalmente aos *haters*.

“Doutrinadora”, “professora esquerdista”, eles diziam: “a demissão vem”. Retuítes, *replies* e *prints* circulavam marcando diferentes perfis da instituição, amplificando a pressão por uma “punição exemplar”. No ápice da viralização, *prints* do tuíte chegaram aos grupos de whatsapp, entre eles grupos de amigos dos meus pais, grupos profissionais de parentes próximos e grupos de mães das turmas escolares dos meus sobrinhos e dos meus filhos, alcançando a minha família

a terra é redonda

extensa de forma acachapante. A onda de ódio chegava também por mensagens privadas, tornando minhas redes sociais intransitáveis.

Você apoia um ladrão ..
Fora esse ladrão não tem a mínima
condição de governar o país ...
Nuca teve



Maria Elisa Maximo

@elisamaximo

Joinville sendo o esgoto do
bolsonarismo, pra onde escoou os
resíduos finais da campanha do
imbroxável inominável. Não tem
quem escape: há gente brega, feia e
fascista pra todos os lados.

16:25 · 01 out. 22 de Joinville, Brasil ·

Twitter for Android

Só se você está no esgoto ...



Nosso Deus é muito poderoso ..
Rezo confio e espero no Senhor

a terra é redonda

Mensagem recebida pela autora | Crédito: arquivo pessoal.

Vereadores, deputados e demais atores políticos – quase todos homens – entraram em cena. Eles usaram espaços nas tribunas legislativas e suas amplas audiências na internet para insuflar a perseguição política. Essa ação configurava uma orquestração por agentes públicos, em posição de poder que, beneficiados pela infraestrutura das plataformas digitais, produziam mais uma “inimiga” a ser eliminada.

E a instituição, alinhada ideológica e economicamente à extrema direita local, respondeu a todas as pressões, forçando um afastamento e, quinze dias depois, anunciando a demissão. Entre o afastamento e a demissão, meu destino ficou nas mãos de homens brancos que, assentados sobre o machismo estrutural e institucional, tentavam evitar grandes repercussões midiáticas. Eles mantinham vigilância constante sobre minhas ações e controlavam as manifestações públicas de apoio e solidariedade, principalmente das/os estudantes.

Não teve jeito. A demissão veio e, com ela, o protesto de alunas/os e ex-alunas/os no campus da instituição, localizado em uma rua central da cidade. A máquina de *fake news* da extrema direita operou rapidamente para tentar enquadrar uma manifestação pacífica e justa como vandalismo e baderna. A cobertura midiática foi inevitável, alcançando dimensões nacionais. Está claro que não foi um caso isolado.

Estávamos vivendo a [eleição que mais registrou casos de assédio eleitoral](#), em um estado que, há dez anos, já se constituía como laboratório de perseguição política e ideológica a professoras e professores. Esses educadores que insistem em preservar o cerne de toda a atividade docente: provocar o pensamento crítico e promover a emancipação social, colaborando na construção de sujeitos históricos, conscientes de suas realidades e capazes de realizar transformações.

As violências, a perseguição e o assédio judicial sofridos pela [professora Marlene de Fáveri](#), entre 2013 e 2014, inauguraram um modelo de ação autoritária.

Esse modelo levou à assembleia legislativa uma jovem deputada, pupila de Olavo de Carvalho. A plataforma política dessa deputada é exclusivamente pautada por ataques à educação, às escolas, às professoras e aos professores. Desde então, Santa Catarina passou a contar com uma verdadeira milícia anti-educação. Essa milícia se vale da própria estrutura do Estado para atuar.

São figuras políticas e influenciadores digitais cujo foco de ação é desacreditar a estrutura de ensino – desde a educação básica até a universitária. Ao passo que vendem seus cursos, seus livros, e beneficiam empresas e plataformas que lucram com a crise de legitimidade das políticas educacionais.

Estimulam estudantes a gravarem aulas sem autorização prévia, mantêm gabinetes de “denúncias” contra docentes e apresentam proposições legislativas para censurar ou limitar a atividade docente e a gestão escolar em diversas áreas. Ao provocarem pânico moral em suas audiências numerosas e espalhadas pela internet, mantêm uma crise permanente no campo educacional.

Assim temos as Marlenes, as Márcias, as Maria Elisas, as [Julianas](#), as [Ibrielas](#), Medianeiras e Carolinas. Professoras assediadas, processadas, afastadas ou demitidas no pleno exercício correto e ético da atividade docente.

As histórias diferem, os desfechos são vários, mas são todas mulheres que tiveram direitos violados. São mulheres que sofreram tentativas de silenciamento e eliminação. São mulheres que tiveram suas posições e competências profissionais colocadas em xeque. São mulheres perseguidas por uma estrutura de poder machista e misógina.

E quando não são as professoras – mulheres – as vítimas dos ataques e perseguições, são então os esforços de se levar para as salas de aula temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, aos direitos humanos e às desigualdades sociais, rapidamente enquadrados em rótulos de “ideologia de gênero” ou “doutrinação ideológica” pelas tubas da *escola sem*

partido.

Estamos tratando de um fenômeno que, em Santa Catarina, encontra solo fértil, nutrido pela hegemonia de uma extrema direita “bbb” (boi, bala e bíblia) que celebra clubes de tiro enquanto despreza escolas. Na esteira de uma crescente mercantilização da educação, a precarização e deslegitimação da atividade docente avançam. Isso serve a interesses políticos e econômicos de setores empresariais e fundações educacionais.

Esses grupos veem na fragilização da educação pública, democrática e socioreferenciada uma oportunidade de lucro. Aproveitam-se para vender “novos” modelos gerenciais, considerados mais “modernos”, “eficientes” e “responsáveis”. No entanto, tudo isso ocorre em detrimento da formação docente, da qualidade do ensino e de uma educação pautada pela ciência e por princípios de cidadania.

Assim, na semana em que se celebra o Dia das Professoras, pensar sobre os desafios da docência em nosso estado, em especial para nós mulheres, implica tratar das [violações à liberdade de cátedra e à liberdade individual](#) de associação e manifestação política das trabalhadoras e trabalhadores da educação.

Isso deve ser visto em sua dimensão coletiva e como uma responsabilidade de toda a sociedade. O [amplo enfrentamento dessas violências](#), com uma perspectiva de gênero, deve estar no centro da defesa da educação como pilar imprescindível da democracia.

**Maria Elisa Máximo é doutora em antropologia social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e secretária regional da Sociedade para o Progresso da Ciência (SBPC).*

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA